

Ampla liberação de importação, a nova arma contra a inflação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ampla liberação das importações para os mais diferentes setores. Esta poderá vir a ser a mais nova arma do governo no combate à inflação, segundo se anunciou ontem no Palácio do Planalto, após uma exaustiva análise da atual conjuntura econômica, feita por economistas de dentro e de fora do governo. Esta decisão, segundo se afirmou, poderá ser adotada caso a política de controle de preços se mostre ineficaz para deter a corrida dos preços.

Segundo se afirmou ontem no Palácio do Planalto, o governo não vai permitir que a inflação atinja novamente os níveis de 15 a 20% ao mês, ficando de "braços cruzados". E, diante de um forte descontrole de preços, há dois caminhos a seguir: ou se adota um novo choque, com o congelamento de preços e salários, ou se parte para os próprios mecanismos de mercado, no caso uma ampla liberação das importações.

A idéia de choque encontra muitas resistências dentro do governo, por considerar-se que a sua repetição reduz significativamente a sua eficácia. O choque, para surtir os efeitos de forma plena, tem de contar com o apoio da população, que lhe dá sustentação política. Atualmente, o governo identifica um grande ceticismo de todos os segmentos da sociedade — políticos, empresários, trabalhadores, donas-de-casa — com relação a um novo choque na economia.

Entretanto, é preciso controlar energeticamente a inflação, favorecida pela atual conjuntura econômica, segundo se analisou ontem no Palácio do Planalto. A liberação de uma longa série de setores do controle do CIP (Conselho Interministerial de Preços) foi já uma tentativa do governo de tentar resolver o problema da alta de inflação usando as leis de mercado, ou seja, liberando do controle os setores considerados mais competitivos, ou os segmentos mais competitivos dentro de alguns setores. O próximo passo, dentro desta mesma linha de tentar conter os preços utilizando-se de mecanismos de uma economia de mercado estimulando a competitividade, é liberar importações. A liberação das importações seria feita gradativamente, à medida que o governo fosse identificando os setores que estão incorrendo em abusos na fixação dos seus preços.

Segundo se analisou ontem no Palácio do Planalto, a atual conjuntura política e econômica é de grande dificuldade. Há uma onda generalizada de alguns setores em favor de uma desobediência civil. O controle de preços, nestas condições, torna-se absolutamente ineficaz, porque as empresas começam a desrespeitar as decisões do governo, que não encontra ainda respaldo político para endurecer o "jogo".

Nestes tempos difíceis de transição — afirmou-se no Palácio — até o Poder Judiciário é desrespeitado, como é exemplo o caso do governo de

Alagoas, que se recusou a acatar decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) autorizando o pagamento de marajás. O governador disse simplesmente que não paga, e pronto. Em outros tempos, isso dava intervenção federal. Hoje, não dá nada, porque a situação é realmente complexa. A Constituição em vigor não é acatada, e a nova não está pronta. As questões morais têm, atualmente, supremacia às questões do direito.

Numa conjuntura deste tipo, o espaço de manobra do governo se restringe muito. Não se pode elevar impostos, não se pode cortar incentivos, não se pode controlar preços, ou seja, não se pode cumprir as funções típicas de governo. Mas o governo tem de atuar, tem de impedir uma nova explosão inflacionária, tem de conter a ação dos monopólios e oligopólios. Diante destas dificuldades, um caminho mais viável será optar pelos mecanismos de mercado. Há, contudo, alguns segmentos dentro do governo que preferem ainda apostar na eficácia dos choques heterodoxos.

O economista de fora do governo convidado ontem para discutir com os economistas do governo no Palácio do Planalto foi o professor Rogério Werneck, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). O professor traçou para os economistas governamentais um quadro econômico de "perspectivas muito negras" para o próximo ano.